

PELA ORDEM

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

CÂMARA DE JUNDIAÍ E O GRENDACC

O presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), comemorou durante a sessão ordinária de ontem a habilitação da UTI pediátrica do Grendacc, ocorrida nesta segunda-feira (5). O vereador contou que a moção em favor da instituição, aprovada em junho de 2017 e assinada por todos os parlamentares, foi entregue pessoalmente ao presidente Michel Temer, em reunião agendada pelo deputado Miguel Haddad (PSDB).

LEI NÃO PODE FICAR SÓ NO PAPEL

A Tribuna Livre foi usada pelo servidor Valter Henrique Schuller para falar de duas leis de prevenção contra as drogas (uma data no calendário municipal e uma semana de conscientização) e pediu ações concretas, apesar da data ser em junho. "Temos um tempo para tomar atitudes para que a lei não fique só no papel", disse.

URGENCIA Projeto não estava na pauta inicial do Legislativo; outras 3 propostas foram apreciadas em caráter emergencial

Câmara aprova empréstimo de R\$ 14 mi para Prefeitura

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Na primeira sessão ordinária do ano, foram votados quatro projetos que não constavam na pauta original, divulgada com antecedência no site da Câmara de Jundiáí. Após requerimento de caráter emergencial, o Projeto de Lei (PL) 12.473, que autoriza a prefeitura realizar um empréstimo de R\$ 14 milhões junto à Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP) foi aprovado com 16 votos favoráveis.

O presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), explicou que o montante será usado para interligar o Córrego das Valquírias ao Complexo Viário Jundiáí. "A prefeitura não tem este valor em caixa, por isso o empréstimo", explicou. A obra é a contrapartida do município junto ao Governo do Estado, que construiu o viaduto.

Outros três projetos foram apreciados em caráter de urgência: o PL 12.471, de Martinelli, denomina uma praça na Vila Hortolândia; o PL 12.453 reformula o programa "Adote uma Praça" e o PL 12.472, que regula a seleção e execução de propostas de apoio privado a ações de interesse da Adminis-



Na volta ao trabalho, os vereadores votaram e aprovaram 4 projetos que não estavam na pauta do Legislativo

tração Pública da cidade.

RENDEU

O PL 12.440, de Edicarlos Vieira (PSD), que proíbe a gestão pública de esconder os ins-

trumentos de fiscalização do trânsito, "deu pano para mangá" durante a sessão.

Apesar de os radares da cidade estarem desligados desde 2015, sem previsão para volta-

rem a funcionar, os vereadores jundiáienses gastaram uma hora deliberando sobre o projeto. Todos aproveitaram a deixa para se pronunciar contra a chamada "indústria da multa".

Os únicos vereadores que votaram contra a proposta de Edicarlos foram Roberto Conde (PRB) e Antonio Carlos Albino (PSB). "Infelizmente, o brasileiro só aprende quando dói no bolso", justificou Albino.

ATRITOS EXPOSTOS

O PL 12.296, do vereador Wagner Ligabó (PPS), apesar de não ser polêmico, expôs os atritos entre a administração e a pequena oposição Legislativa. O projeto regulamenta o uso de caçambas metálicas, revogando uma lei correlata instituída através de decreto e acrescentando um item que exige a cobertura das caçambas para que nenhum resíduo caia durante o transporte do entulho. "Apresento o projeto com a finalidade de trazer a discussão para o Legislativo, pois atualmente apenas o Executivo pode modificá-la, através de decreto", justificou o parlamentar do PPS.

Diante da rejeição dos colegas, que afirmaram não ser necessário mexer em uma lei que já funciona, o vereador protestou. "Permitir que o decreto se sobreponha ao Legislativo é antidemocrático. Um decreto é uma ordem, enquanto os projetos de lei são debatidos com a população nesta Casa", disse.